



IX CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA

Portugal, território de territórios

ÁREA TEMÁTICA: Classes, Desigualdades e Políticas Públicas [ST]

TENDÊNCIAS DA CONDIÇÃO PRECÁRIA NA EUROPA: RECONFIGURAÇÕES DA DESIGUALDADE LABORAL

NUNES, Nuno*;

Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES), Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL); nuno.nunes@iscte.pt

MAURITTI, Rosário;

Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES), Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL); rosario.mauritti@iscte.pt

MARTINS, Susana da Cruz**;

Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES), Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL); susana.martins@iscte.pt

ROMÃO, Ana Lúcia;

Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES) e ISCSP-ULisboa; anaromao@iscsp.ulisboa.pt

COSTA, António Firmino da;

Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES), Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL); antonio.costa@iscte.pt

* Bolseiro de Pós-Doutoramento da FCT

**Gulbenkian Professorship

Resumo

As mudanças no mundo do trabalho colocam o desafio de uma maior compreensão da precariedade nas sociedades contemporâneas. Propõe-se uma perspectiva multidimensional da precariedade e ancorada na problemática das desigualdades sociais, ao invés de circunscrevê-la apenas ao vínculo contratual dos trabalhadores. Observa-se o conjunto dos países que constituem a União Europeia para discutir a hipótese de que as várias dimensões da precariedade analisadas serão mais ou menos acentuadas em função de desigualdades que estruturam o espaço europeu do trabalho. Através do “Inquérito ao Emprego” (LFS) e do “Inquérito às Condições de Vida e Rendimento” (EU-SILC) é possível compreendermos as principais tendências de evolução da precariedade antes e durante o período da crise, e sincronicamente, traçarmos um retrato sobre a atual precariedade no contexto europeu da sociedade do conhecimento. Verifica-se que a crise e as políticas de austeridade que se seguiram agravaram a precariedade na União Europeia. As desigualdades categoriais (de estado nacional, género e idade) e distributivas (de recursos educativos e rendimentos) acentuam processos de precarização laboral. Na Europa vislumbra-se um xadrez precário saliente em múltiplos tabuleiros, que se exprime em função das dimensões da precariedade e de determinadas regularidades regionais e transnacionais.

Abstract

Changes in the world of work set the challenge of a greater understanding of precarity in contemporary societies. Instead of limiting it only to the contractual status of workers, we propose a multidimensional perspective of precarity anchored into the problematic of social inequalities. By observing the countries that are part of the European Union we discuss the hypothesis that the various forms of precarity analyzed will be more or less pronounced due to inequalities that structure the European space of work. Through data from the “Labour Force Survey” (LFS) and the “EU Survey on Income and Living Conditions” (EU-SILC), it is possible to analyze the main trends of the precarity before and during the crisis and, synchronously, draw a picture about the current precarity in the European context of the knowledge society. We verify that the crisis and the austerity policies that followed have exacerbated the precarity in the European Union area. Categorical inequalities (of national states, gender and age) and distributive inequalities (of educational resources and income) accentuate the processes of labour precariousness. Europe is a salient precarious chess in multiple boards, which is expressed in terms of the various dimensions of precarity and certain regional and transnational regularities.

Palavras-chave: precariedade; desigualdade; crise; sociedade do conhecimento; espaço europeu do trabalho.

Keywords: precarity; inequality; crisis; knowledge society; European space of work.

[COM0150]

1. Introdução

O presente texto pretende aprofundar a análise do fenómeno da precariedade na Europa. Que precariedade(s) podemos observar no espaço europeu do trabalho? Que fatores estruturais acentuam a precariedade na Europa? A crise e as políticas de austeridade que se seguiram agravaram a precarização das relações laborais na União Europeia? E que precariedades se vislumbram no contexto europeu das sociedades do conhecimento? É discutida a hipótese de investigação de que a precariedade será mais ou menos acentuada em função de desigualdades categoriais e distributivas (Mauritti *et al.*, 2016) que estruturam o espaço europeu do trabalho.

A problemática da desigualdade poderá constituir uma apropriada ferramenta teórico-analítica de descodificação das várias dimensões da precariedade existentes na Europa. A precariedade exprime “velhas” e “novas” desigualdades laborais (Nunes, 2013), constitui um fenómeno multidimensional (Kalleberg, 2006) e global (Lee e Kofman, 2012), manifesta-se nas mais recentes transformações estruturais (Degryse, 2016), e transmuta-se em múltiplas implicações e consequências sociais (Standing, 2011).

É possível definir a precariedade entre modalidades “tradicionais” e modalidades “emergentes” (Eurofound, 2015a). Mais focadas nas suas modalidades tradicionais, as organizações internacionais têm sobretudo desenvolvido as suas análises à volta da noção de “emprego não *standard*”, apesar de diferenças entre si quanto ao seu âmbito (ILO, 2015b; OECD, 2015). A flexibilidade dos mercados de trabalho (Kalleberg, 2012) desafia a construção de um conceito operativo de precariedade que integre as várias formas de emprego não permanente, de desemprego e a inatividade, condições socio-laborais salientes das “margens” dos mercados de trabalho e potencialmente excludentes de básicos direitos de cidadania (Vosko, 2010; Standing, 2014).

Nesta investigação analisa-se de que forma as desigualdades categoriais (de estado nacional, género e idade) e as desigualdades distributivas (de recursos educativos e rendimentos) se repercutem nas dimensões de precariedade relativas: i) ao *emprego temporário*; ii) ao *emprego a tempo parcial involuntário*; iii) ao *desemprego*; iv) ao *desemprego de longa duração*; v) à situação de “*NEEF*”ⁱ; e vi) à *inatividade*.

O presente estudo assenta numa análise extensiva, comparativa e transnacional do contexto europeu, tomando como fontes empíricas os dados internacionais do Inquérito ao Emprego (Labour Force Survey) e do Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (EU-SILC), relativos à totalidade dos países que atualmente fazem parte da União Europeia.

Primeiro importa discutir teoricamente as relações entre a precariedade e a desigualdade, e de seguida apresentam-se as opções metodológicas e os indicadores operacionalizados na investigação. A análise é desenvolvida sob uma dupla perspetiva: uma *perspetiva diacrónica*, de modo a traçarmos as principais tendências de evolução da precariedade durante o século XXI; e uma *perspetiva sincrónica*, que procura aprofundar a compreensão sobre as atuais dinâmicas da precariedade no contexto europeu da sociedade do conhecimento.

2. Precariedade e desigualdade na Europa

Polanyi (1944), na sua explicação sobre o crescente domínio da economia sobre a sociedade, salienta as disrupções psicológicas, sociais e ecológicas impostas aos indivíduos fruto da desregulação dos mercados. Bourdieu (1998) pré-anunciou a precariedade como um dos principais problemas do século XXI, enquanto novo modo de dominação social e condição que se manifesta subjetivamente e objetivamente no estado generalizado de permanente insegurança, coagindo os indivíduos à submissão e

à exploração. Para Beck (2000), a instabilidade do trabalho, associada à globalização e individualização, constitui uma das características da “sociedade do risco” e da nova economia política da “insegurança”.

Na sua perspectiva multidimensional, Kalleberg (2012 e 2006) procura compreender as bases, as causas, as implicações e consequências da precariedade, associando-as à problemática das desigualdades. Para Standing (2014 e 2011), são as desigualdades de poder à escala global que estão a construir uma nova classe social, o “precariado”, claramente desfavorecida nas relações de produção, de distribuição e com o Estado.

O contexto global da precariedade (ILO, 2015a; UNDP, 2015) é compreendido, em grande medida, pelos fatores explicativos da desigualdade à escala mundial salientados por Therborn (2006): a “história global” (as institucionalizações e os efeitos de percurso por ela legados), as “imbricações globais” (entre estados nacionais, por um lado, e movimentos e organizações transnacionais, por outro); e os “fluxos globais” (de pessoas, capitais, mercadorias e informação). Na sua teoria sobre a persistência das desigualdades, Tilly (1998) constrói um modelo explicativo quanto ao modo como as desigualdades categoriais se posicionam em contextos organizacionais formais, entre elas as organizações do trabalho.

Para a análise da precariedade, e das suas relações com as desigualdades, importa considerar os mecanismos, fatores e processos de competição, de exploração e de fechamento de oportunidades; de distribuições desiguais de recursos e assimetrias institucionais de poderes; de “acumulação” e de “reprodução” dessas desigualdades (Costa, 2012; Bihr e Pfefferkorn, 2008; Massey, 2007; Therborn, 2006; Tilly, 1998).

A precariedade constitui uma das mais salientes expressões da atual fase capitalista da divisão social do trabalho, a “sociedade do conhecimento” (Stehr, 2007). Neste contexto societal manifestam-se as desigualdades estruturais associadas às tendências contemporâneas de recomposição socioprofissional, nomeadamente, as ligadas à terciarização da economia, ao peso crescente das qualificações, à globalização dos mercados e dos investimentos e à instabilidade nos mercados de trabalho (Costa, 2012). A globalização, os avanços tecnológicos, a crescente integração económica, a desregulação dos mercados, a intensificação da competitividade, a mobilidade do capital e do trabalho, bem como novas formas de interdependência institucional e organizacional (resultantes do enfraquecimento do poder dos estados nacionais e dos sindicatos), constituíram condições favoráveis à flexibilização das relações laborais (Kalleberg, 2012 e 2009; Standing, 2011; Bourguignon, 2015).

Na sociedade do conhecimento emergiu um novo mercado de trabalho “global-digital”, simultaneamente assente em elevadas qualificações e precarização laboral, regulado digitalmente, em dissociação com as regulações nacionais laborais, e catalisador de “novas” e “velhas” desigualdades (Degryse, 2016; Berg, 2016; OECD, 2016a). Surgem novas formas de emprego associadas a este mercado de trabalho “global-digital”, cada vez mais frequentes na Europa, e que estão a transformar as tradicionais relações entre empregadores e empregados: a “flexibilidade” constitui o elo comum inerente a todas estas novas formas de emprego (Eurofound, 2015a).

Com o fim da “idade de ouro do fordismo” (os também chamados “30 anos gloriosos”), os mercados de trabalho europeus sofreram profundas mudanças (Standing, 1999). A desregulação e flexibilização laborais, através de alterações nas leis do trabalho e nos regimes de estado social, constituíram as principais soluções políticas encontradas para o problema europeu do desemprego nos anos oitenta e noventa (Esping-Andersen et al., 2000). Ao longo das últimas décadas, as agendas transnacionais da OCDE e da União Europeia foram especialmente incrementadoras da flexibilização dos mercados de trabalho. Tal não significa que os sistemas de relações de emprego dos países europeus se tenham homogeneizado, pelo contrário, as diferentes trajetórias são o resultado da forma como cada história nacional e os seus contextos institucionais e culturais continuam a enfrentar o desafio da globalização (Farnham, 2015; Blossfeld *et al.*, 2011).

A mais recente crise mundial agravou a desigualdade laboral na Europa (Vaughan-Whitehead, 2011; Gallie, 2013). A flexibilidade dos mercados de trabalho facilitou a destruição de emprego, os múltiplos ajustamentos empresariais ocorridos durante a crise atingiram sobretudo as categorias sociais que se já se encontravam com maiores vulnerabilidades antes do início da crise (os jovens, os homens imigrantes, os mais desqualificados e os detentores de vínculos contratuais precários). A crise não foi sentida da mesma forma nos vários países europeus, pois a sua intensidade variou em função dos diferentes capitalismo e regimes de *welfare* (Crouch, 2015), mas no espaço da União Europeia, sobretudo nos países da Europa do Sul, as respostas às consequências da crise assumiram como forte impulso a prossecução de políticas de austeridade.

Giddens (2007) chama a atenção para a importância das desigualdades associadas às “transições”, as quais tendem atualmente a multiplicar-se no mercado de trabalho e ao longo dos percursos de vida. Tais transições, conjugam a sua “(in)certeza” com as desigualdades categoriais e distributivas presentes no espaço europeu do trabalho. Vosko (2010) refere-se às “margens precárias” dos mercados de trabalho para salientar a natureza histórica, reificada, nacional-etnocêntrica e categorialmente inigualitária do emprego permanente e regular, apenas reservado a determinados cidadãos. Tal emprego será materialmente e normativamente construído com vista à exclusão laboral de determinadas categorias sociais, como as mulheres e os não-nacionais.

Na sociedade do conhecimento, os detentores de qualificações escolares mais elevadas resistem melhor às flutuações do mercado de trabalho. A escolaridade é efetivamente um recurso, esse recurso está desigualmente distribuído, embora seja cada vez mais abrangente, e tem efeitos de grande alcance nas distribuições desiguais de outros recursos e oportunidades (Costa, 2012; Mauritti, et al., 2016).

A intensificação das desigualdades entre o fatores capital e trabalho (Piketty, 2014), conjugada com o aumento dos rendimentos nos decis mais elevados e a elevada representação da condição precária nos decis mais baixos de rendimento (OECD, 2015), significa que também se deve à flexibilização das relações laborais o incremento recente das desigualdades de rendimentos nas sociedades europeias (ILO, 2015a). Para tal cenário, contribui igualmente a erosão progressiva de determinadas instituições dos mercados de trabalho - como a concertação social, a negociação coletiva e o aumento do salário mínimo - causa e consequência da redução da capacidade reivindicativa dos trabalhadores (Berg, 2015).

3. Metodologia

A compreensão de muitos fenómenos sociais contemporâneos – entre eles o fenómeno da precariedade – é enriquecida por uma análise sociológica que articule as escalas de análise nacional e transnacional. Desenvolver uma análise transnacional não significa apenas proceder a comparações internacionais. Essas comparações são esclarecedoras, sem dúvida, mas hoje em dia a constituição da sociedade dá-se também, em larga medida, diretamente a escalas transnacionais (Costa et al., 2009). Uma estratégia teórico-metodológica que inclua ambos os níveis de integração contribui para o aprofundamento de uma sociologia da União Europeia (Favell *et al.*, 2011) atenta às profundas interligações entre a precariedade e a desigualdade.

A operacionalização de um conceito empírico de precariedade constitui atualmente um dos principais desafios da sociologia contemporânea. A OIT, a União Europeia e a OCDE, têm produzido relevantes análises empiricamente fundadas, agregando um conjunto de indicadores à volta da noção de “emprego não standard”, e que constituem importantes aproximações ao fenómeno da precariedade. Mas como muito do seu trabalho pioneiro revela, estas próprias organizações reconhecem que é preciso ir mais longe (Eurofound, 2015a e 2015b; OECD, 2015). Kalleberg (2009) define “trabalho precário” como emprego incerto, imprevisível e comportando acrescidos riscos para os trabalhadores, mas não ter um emprego constitui a forma mais vulnerável de precariedade. Vosko (2010) propõe uma abordagem da

precariedade que se estenda para além do estatuto de empregado. Na sua ótica, todos os indivíduos são potencialmente participantes da força de trabalho, mesmo nas fases das transições e ciclos de vida em que poderão estar a viver diversas situações “atípicas” no mercado de trabalho. Para esta autora, o emprego continua a ser central, mas dever-se-ão incluir todos aqueles que se encontram nas “margens” dos mercados de trabalho.

Assumindo a configuração saliente de determinados *padrões estruturais* de desigualdade laboral presentes no espaço europeu do trabalho, é proposta uma abordagem multidimensional da precariedade, que considera a existência dos seguintes indicadores de precariedade: *i)* o emprego temporárioⁱⁱ; *ii)* o emprego a tempo parcial involuntárioⁱⁱⁱ; *iii)* o desemprego^{iv}; *iv)* o desemprego de longa duração^v; *v)* a situação “NEEF”; e *vi)* a inatividade^{vi}.

Os países europeus, o género e a idade constituem os indicadores de desigualdades categoriais do nosso estudo. Os indicadores de desigualdades distributivas mobilizados referem-se a recursos educativos (escolaridade) e a recursos económicos (medidos em função do risco de pobreza em cada país europeu).

O Inquérito ao Emprego (Labour Force Survey) e o Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (EU-SILC), através de dados disponibilizados pelo Eurostat, constituem a nossa base empírica para uma análise quantitativa das relações entre a precariedade e a desigualdade no espaço europeu do trabalho.

4. Tendências de evolução da precariedade europeia no século XXI

A crise iniciada em 2007 constitui um marco significativo no desenvolvimento recente das sociedades contemporâneas. Uma crise com amplitude global mas que assumiu determinadas características em função das regiões mundiais, tal como sucedeu relativamente ao continente europeu. A crise na Europa carrou múltiplas expressões, impactos e consequências. E para além dos efeitos da crise, importa igualmente tomar em consideração a natureza das políticas de resposta à crise, o que no caso da União Europeia, significou a generalização de políticas de austeridade.

A crise e as políticas de austeridade agravaram a precariedade na União Europeia? Na Europa, observa-se um aumento do número de trabalhadores precários? Procura-se compreender as principais tendências de evolução das dimensões da precariedade antes e durante o período da crise na União Europeia, para o efeito convocando simultaneamente as escalas transnacional e nacional europeias.

O aumento do desemprego constitui uma das maiores consequências provocadas pela crise no contexto europeu. Bastante sensível às conjunturas económicas, o desemprego é variável de país para país e revela uma Europa a diferentes velocidades (Carmo e Cantante, 2015). Contudo, é igualmente possível analisar transnacionalmente o desemprego. Até ao início da crise, o desemprego na Europa revelava uma tendência de descida, mas que é interrompida para passar a subir e só a partir de 2013 é que começa novamente a baixar, apesar de se manter elevado (Figura 1).

Os jovens europeus são os mais afetados pelo desemprego, ou seja, entre 2005 e 2015 a taxa de desemprego do escalão etário 25-29 anos é sempre mais elevada que a do escalão etário 30-34 anos e esta mais alta que o desemprego dos indivíduos entre os 25-64 anos. Os dados revelam o efeito direto da crise sobre o desemprego jovem, sendo a partir de 2009 que o desemprego mais cresce, sobretudo no escalão etário dos 25-29 anos.

As desigualdades de género, em desfavor das mulheres, caminham no mesmo sentido que a intensificação da crise e do desemprego jovem, enquanto fatores de aumento da precariedade. Durante o período de referência (2005-2015), nos três escalões etários analisados, a taxa de desemprego feminino é sempre mais elevada do que a masculina, com exceção a partir de 2012 no escalão etário 25-29 anos, em que homens e mulheres têm valores aproximados de desemprego. Tal quer dizer que o aumento do desemprego durante o período da crise é acompanhado pela cumulação de desigualdades categoriais de idade (ser-se jovem) e de género (ser-se mulher).

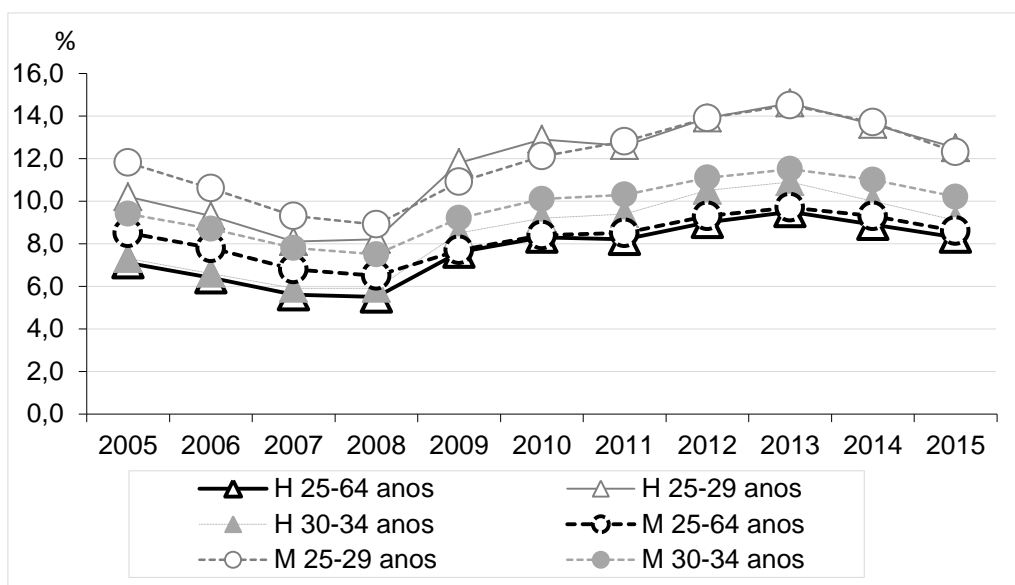


Figura 1 – Desemprego na UE, segundo o género e escalões etários (2005 a 2015) (%). Fonte: Eurostat, Inquérito ao Emprego

O desemprego de longa duração, potencial antecâmara de exclusão do mercado de trabalho, constitui um dos principais problemas estruturais do espaço europeu do trabalho. Medido relativamente ao total da população desempregada, o desemprego de longa duração é uma dimensão da precariedade que assume proporções preocupantes no contexto da União Europeia (Figura 2). O desemprego de longa duração, que apesar de elevado apresentava uma tendência descendente, inverte-se com a crise a partir de 2009.

O escalão etário 55-64 anos é o mais atingido pelo desemprego de longa duração na União Europeia, e a comparação entre os escalões etários 55-64 anos e 25-64 anos revela igualmente uma maior desigualdade feminina relativamente a esta dimensão da precariedade. As mulheres estão mais expostas que os homens ao desemprego de longa duração no escalão etário 55-64 anos, entre os 25-64 as diferenças não são salientes, com exceção do ano de 2009 em desfavor das mulheres, momento de inflexão da crise.

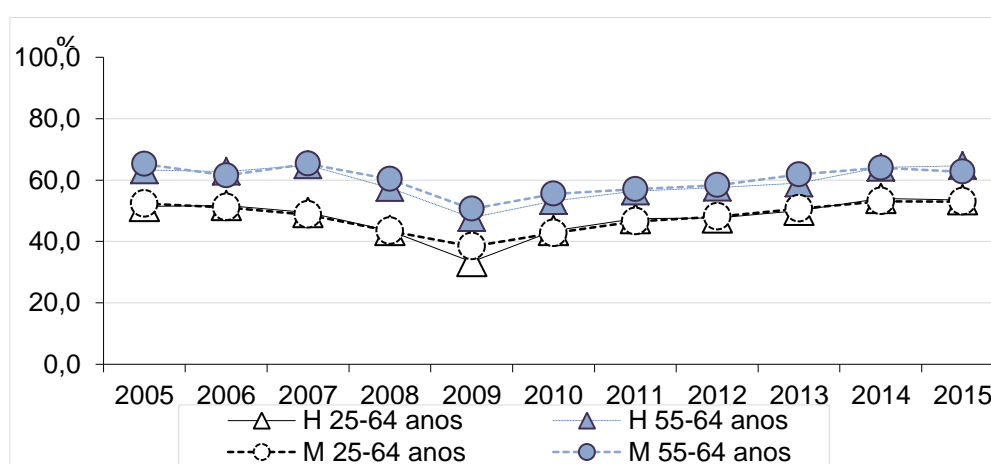


Figura 2 – Desemprego de longa duração na UE, segundo o género e escalões etários (2005 a 2015) (%). Fonte: Eurostat, Inquérito ao Emprego

Ainda mais à margem da integração laboral que o desemprego e o desemprego de longa duração, a inatividade é também um dos fenómenos mais duradouros e persistentes de exclusão do espaço europeu do trabalho (Costa et al, 2002). Antecedente da crise, a inatividade não sofre substanciais alterações da sua proporcionalidade antes e durante o período da crise (Figura 3). Claramente saliente são as diferenças categoriais de género, as taxas de inatividade femininas são substancialmente mais elevadas do que as taxas de inatividade masculinas, relativamente ao período entre 2005 e 2015. Se no caso dos homens, elas se situam por volta dos 15% durante os anos em análise, relativamente às mulheres as taxas de inatividade variam entre os 27,7% (em 2015) e os 32,9% (em 2005).

Os jovens são uma das categorias sociais mais atingidas pela crise e pela austeridade na União Europeia. A situação de “NEEF” é uma das mais flagrantes manifestações das dificuldades de inserção laboral por parte da juventude europeia (Eurofound, 2016; Carcillo et al., 2015). O número de “NEEF” na União Europeia descia até à eclosão da crise, mas a partir daí a tendência inverte-se. Antes e durante o período da crise, o número de mulheres que vivenciam esta situação é sempre superior ao dos homens (Figura 3).

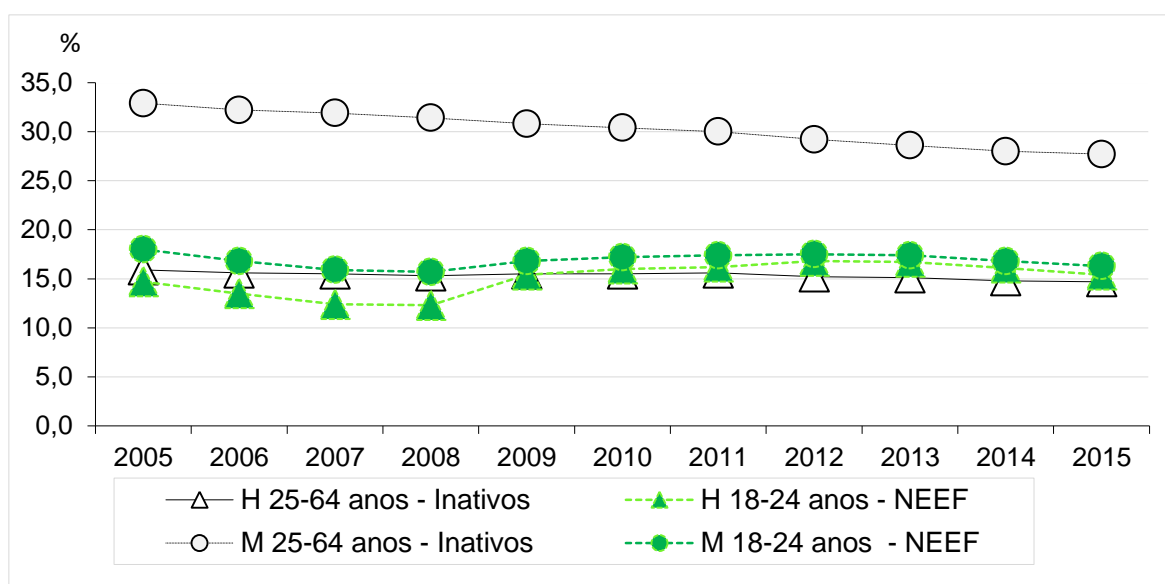


Figura 3 – Inatividade (25-64 anos) e NEEF (18-24 anos) na UE, segundo o género (2005 a 2015) (%).
Fonte: Eurostat, Inquérito ao Emprego

E que tendências de evolução poderão observar-se relativamente ao emprego temporário e ao emprego a tempo parcial involuntário, comparando os países que fazem parte da União Europeia? Enquanto tendência transnacional europeia, o emprego permanente está gradualmente a diminuir e o novo emprego criado é principalmente de natureza temporária (Eurofound, 2015b). O emprego temporário cresceu entre 2005 e 2015 na maioria dos países europeus (Figura 4), apesar de grande parte do emprego destruído durante a crise ter afetado principalmente os trabalhadores com vínculo contratual não-permanente.

Há países que duradouramente continuam a revelar taxas mais elevadas de emprego temporário, como são os casos da Polónia, de Espanha e de Portugal, e outros que, com a crise, se juntaram a este «pelotão da frente», como são os casos do Chipre e da Croácia. Apesar de partirem de percentagens mais reduzidas, no período de dez anos, é bastante evidente a subida do emprego temporário na Irlanda, Luxemburgo, Eslováquia e Hungria. Num conjunto de países europeus o emprego temporário manteve-

se reduzido e sofreu poucas alterações entre 2005 e 2015, e noutros até se verificou uma diminuição do emprego temporário.

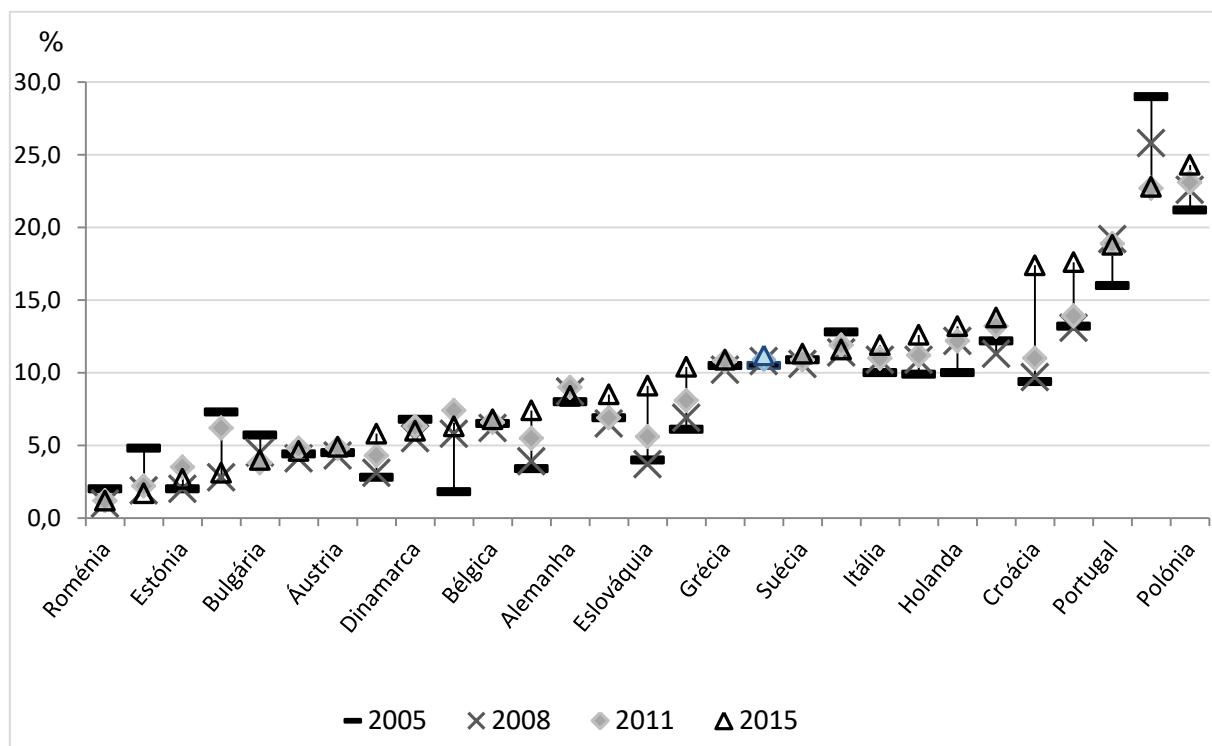


Figura 4 – Emprego temporário na UE, 25-64 anos (2005 a 2015) (%). Fonte: Eurostat, Inquérito ao Emprego

O aumento do emprego a tempo parcial ao longo século XXI tem sido uma tônica constante nas regiões e países do mundo, incluindo a Europa (ILO, 2015a; OECD, 2016b). Caminhando a par desta tendência, o emprego a tempo parcial involuntário é também ele crescente, antes e durante o período da crise, na maioria dos países europeus (Figura 5).

Na Europa, o emprego a tempo parcial involuntário distingue-se entre países com baixas percentagens e outros com elevadas percentagens, e nestes destacam-se os países do sul e do sudeste europeus, onde mais de metade do emprego a tempo parcial é involuntário.

O emprego a tempo parcial involuntário cresceu bastante nos países mais afetados pela crise e pela austeridade, ou seja, sobretudo na Grécia, Chipre, Espanha, Itália, Portugal e Irlanda. Noutros países, como a Bélgica, Holanda, Áustria, Alemanha, Malta, Luxemburgo e Eslovénia, a taxa de emprego a tempo parcial involuntário é inferior a 20% da população empregada.

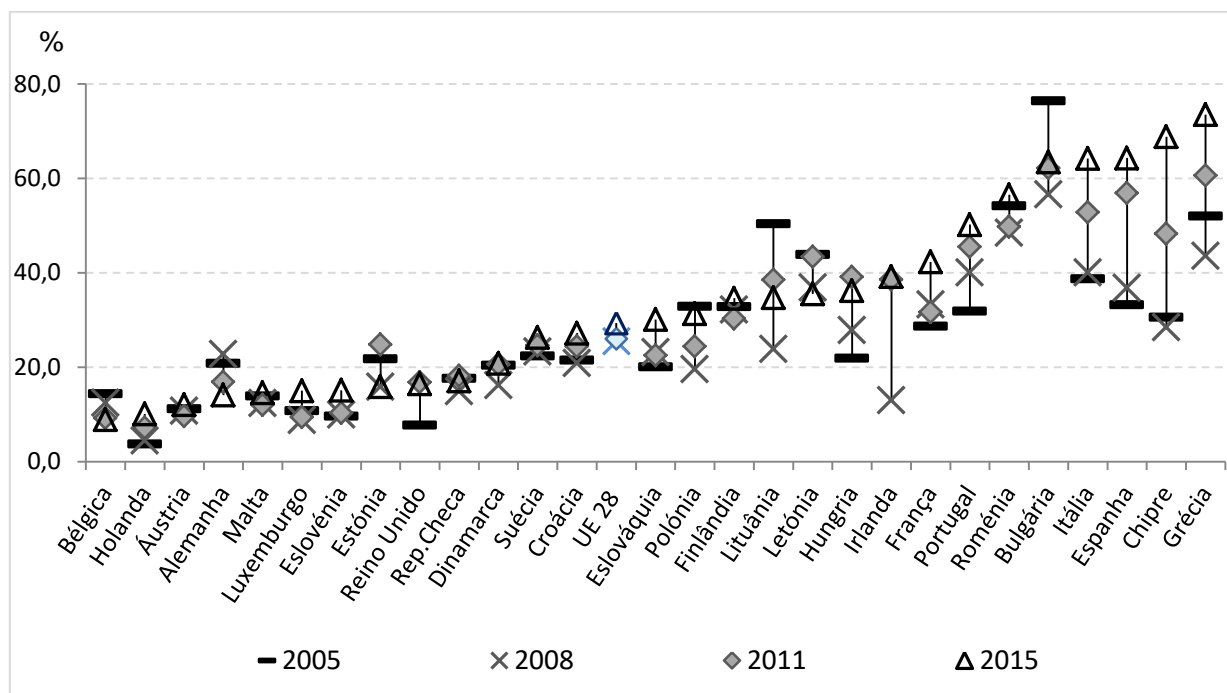


Figura 5 – Emprego a tempo parcial involuntário na UE, 25-64 anos (2005 a 2015) (%). Fonte: Eurostat, Inquérito ao Emprego

As várias dimensões da precariedade analisadas, e as suas variações em função de desigualdades categoriais de estado nacional, género e idade, revelam que a crise e as políticas de austeridade acentuaram ainda mais a tendência de flexibilização dos mercados de trabalho iniciada nas décadas de oitenta e noventa do século XX (Esping-Andersen *et al.*, 2000; Standing, 1999). Mas tais tendências de flexibilização não se esgotam apenas no vínculo contratual, normalmente aferível pela incidência de contratos a prazo. O espectro da precariedade no século XXI é claramente mais amplo, multidimensional e desigual.

5. A atual precariedade europeia na sociedade do conhecimento

Os efeitos da crise e da austeridade perduram, aliás ainda de modo pronunciado, e muitas das suas dinâmicas correrão o risco de se perpetuarem e institucionalizarem no espaço europeu do trabalho. A precariedade constitui, precisamente, uma dessas dinâmicas. Importa perspetivar as tendências de evolução da precariedade que se afiguram relativamente à União Europeia, e as suas variações em função de desigualdades categoriais de estado nacional, género e idade, mas a acrescer a estas desigualdades, é de igual modo relevante analisar também como as desigualdades distributivas de recursos educativos e económicos, constituem fatores estruturais de agravamento da atual precariedade europeia.

Que precariedades se vislumbram no contexto europeu das sociedades do conhecimento? Se é possível compreender as sociedades do conhecimento à luz de desigualdades sociais contemporâneas (Nunes, 2013), analisar-se-ão as dimensões da atual precariedade sob a ótica de uma perspetiva multidimensional, intercetiva e cumulativa de desigualdades categoriais e distributivas centrais na compreensão da estrutura da desigualdade europeia (Mauritti *et al.*, 2016; Costa, 2012).

Para uma aferição das sociedades do conhecimento europeias e das suas interdependências com o fenómeno da precariedade, a distribuição dos recursos educativos assume uma importância primordial. Um dos ângulos possíveis de análise remete para o grau de escolaridade da população empregada na

União Europeia. Em quase todos os países europeus a inserção no mercado de trabalho acontece sobretudo após a aquisição de qualificações de nível ensino secundário ou superior (Figura 6).

Na dianteira da qualificação superior, e já superando a percentagem de empregados com o ensino secundário, encontram-se os mercados de trabalho da Irlanda, Finlândia, Reino Unido, Bélgica, Luxemburgo, Chipre e Espanha. Noutros países é bastante saliente a escolarização secundária, como são os casos da República Checa, Eslováquia, Alemanha, Croácia, Polónia e Hungria. Em Malta e Portugal, continuam a observar-se fluxos de novos acessos ao mercado de trabalho de populações com perfis qualificacionais de nível básico. Na maioria dos países europeus, são os trabalhadores com o ensino básico, os mais desfavorecidos na sociedade do conhecimento, aqueles que mais expostos estão ao emprego temporário.

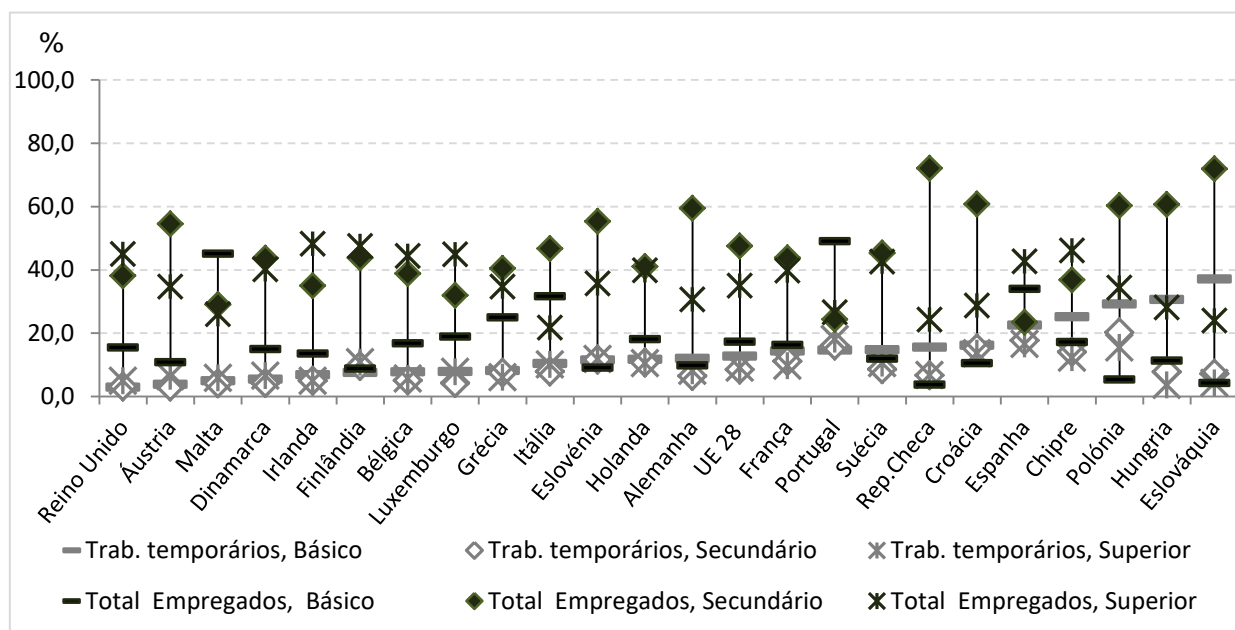


Figura 6 – Emprego temporário e total de emprego na UE, segundo o nível de escolaridade (25-64 anos), 2015 (%). Fonte: Eurostat, Inquérito ao Emprego

O emprego a tempo parcial poderá ser involuntário ou então constituir a expressão de especificidades culturais e institucionais valorizadoras desta forma de emprego. Na Europa, verifica-se uma clara demarcação entre o Oeste e o Leste (Figura 7). Nos países da Europa ocidental, com a Holanda a destacar-se, é bastante superior o número de empregos a tempo parcial em comparação com os países do Leste europeu. Apesar destas acentuadas diferenças, de qualidade e de quantidade de emprego a tempo parcial, um fenómeno transversal a todos os países reside no facto de serem sempre mais as mulheres que os homens a estarem empregadas a tempo parcial, tal dando conta da prevalência de modelos culturais que continuam a atribuir uma assimetria de papéis entre homens e mulheres. Simultaneamente, neste contexto, o emprego a tempo parcial na Europa tende a incorporar, de modo saliente, processos de desigualdades de género.

Algo que também é aferível e com relevância para a compreensão das dinâmicas da sociedade do conhecimento e das suas relações com os mercados de trabalho, reside no facto de na União Europeia o emprego a tempo parcial ser principalmente ocupado por trabalhadores com recursos educativos mais reduzidos. Apesar de a possibilidade de escolha por uma afetação de trabalho a tempo parcial/completo verificar-se em alguns estados nacionais, são sobretudo as mulheres com o ensino básico e depois as

mulheres com o ensino secundário, aquelas que mais detêm um emprego a tempo parcial na grande parte dos países europeus.

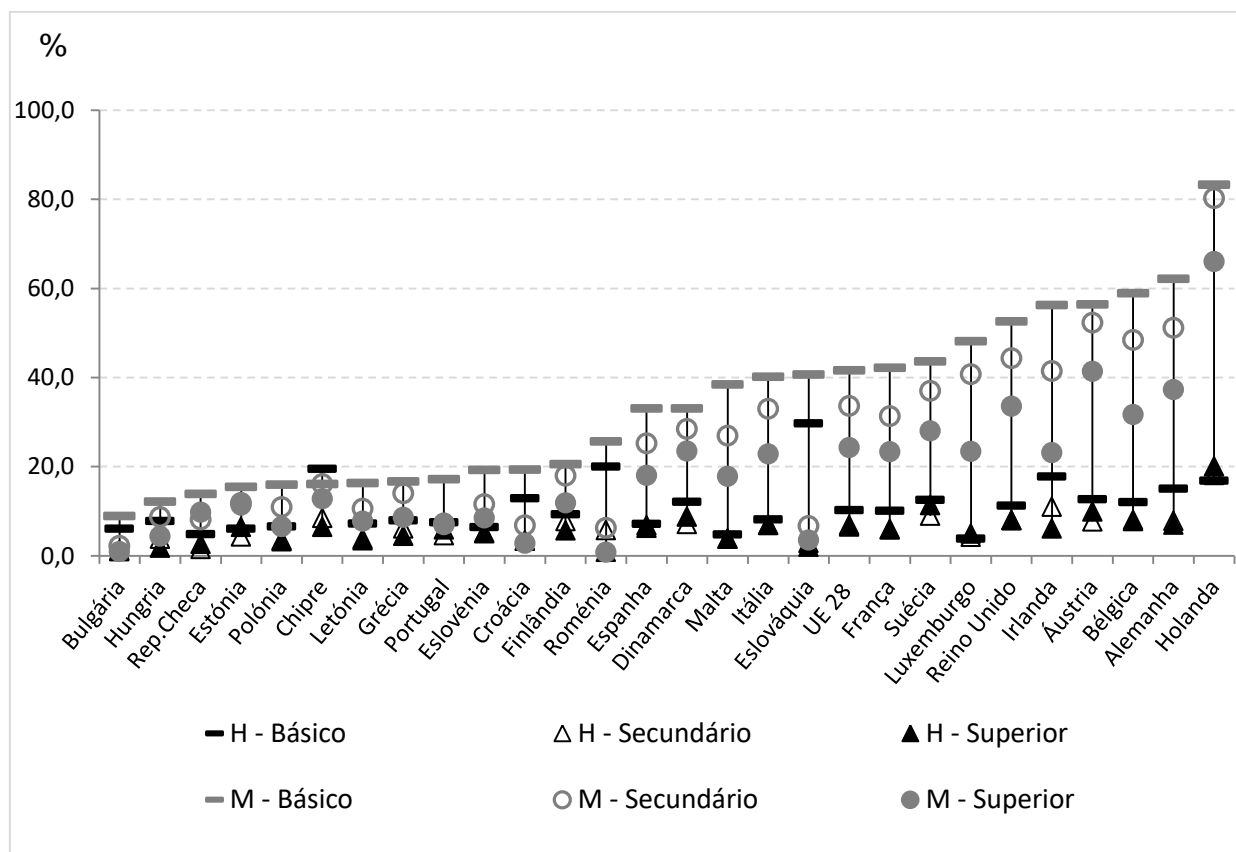


Figura 7 – Emprego a tempo parcial na UE, segundo o género e escolaridade (25-64 anos), 2015 (%). Fonte: Eurostat, Inquérito ao Emprego

Também é possível analisarmos qual a incidência de trabalhadores em risco de pobreza nos países europeus em função do tempo de trabalho (parcial ou completo) e por tipo de vínculo contratual (temporário ou permanente).

É maior o risco de pobreza trabalhando a tempo parcial do que a tempo completo na totalidade dos 28 países europeus que compõem a União Europeia (Figura 8). Os países onde é mais elevado o risco de pobreza com um emprego a tempo parcial, ou seja, Roménia, Portugal, Grécia, Bulgária, Lituânia e Espanha, são simultaneamente países com uma reduzida incidência de emprego a tempo parcial e elevado emprego a tempo parcial involuntário. Nestes países, o exercício de trabalho a tempo parcial tende a configurar experiências laborais com perfil desqualificante.

Verifica-se igualmente em todos os países europeus que é maior a percentagem de risco de pobreza nos trabalhadores temporários em comparação com os trabalhadores com vínculo permanente. Em alguns países, é sobremaneira saliente o risco de pobreza por parte dos trabalhadores temporários e acentuada a distância com os trabalhadores com contrato permanente: é o que se passa na Estónia, Bulgária, Hungria, Luxemburgo, Chipre, Espanha, Letónia e Suécia.

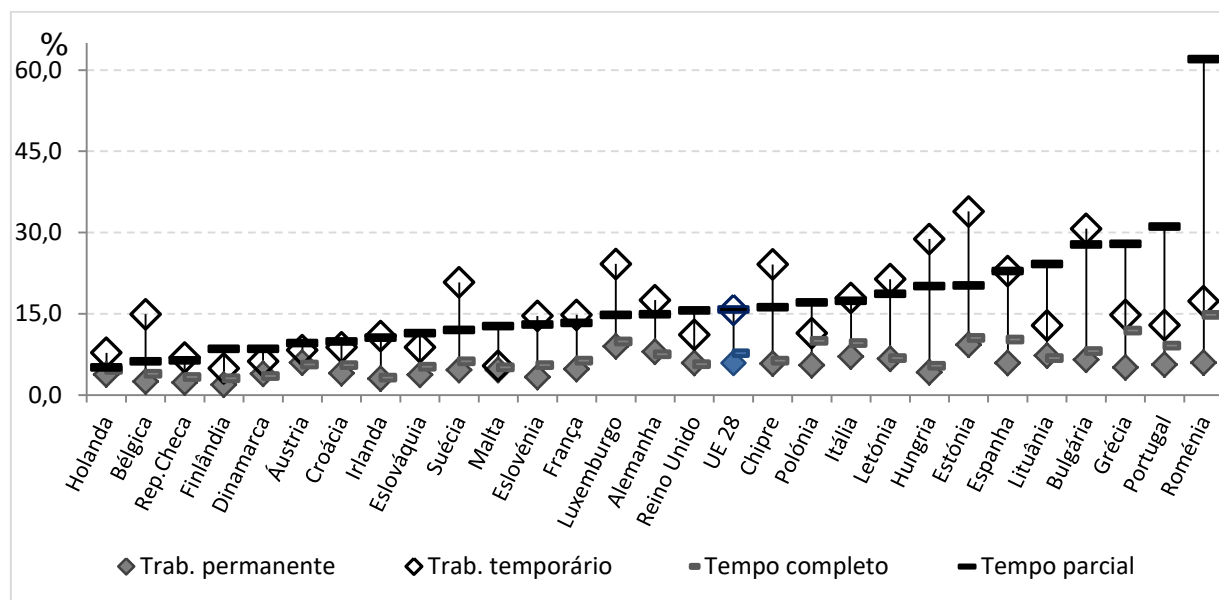


Figura 8 – Trabalhadores em risco de pobreza na UE, por tipo de contrato e tempo de trabalho, 2014 (%).
 Fonte: Eurostat, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento

As dinâmicas da sociedade do conhecimento também se manifestam nas dimensões precárias do desemprego e da inatividade. No contexto europeu, a escolaridade exerce um efeito de maior proteção relativamente ao desemprego (Figura 9). Em todos os países europeus, verifica-se que os indivíduos com uma escolarização superior estão menos permeáveis ao desemprego do que os seus restantes congêneres nacionais. Às desigualdades educativas interseitam-se as desigualdades de estado nacional, resultantes das diferentes incidências do desemprego pelo conjunto dos países que compõem a União Europeia.

O desemprego é exponenciado em função de desigualdades de idade, afetando sobretudo os jovens, mas novamente a desqualificação educativa parece fragilizar ainda mais os trabalhadores europeus perante o risco do desemprego. A população com o ensino básico, e nesta a mais jovem (30-34 anos) é aquela que mais sofre com o desemprego na União Europeia: esta é uma regularidade quase transversal a todos os seus países.

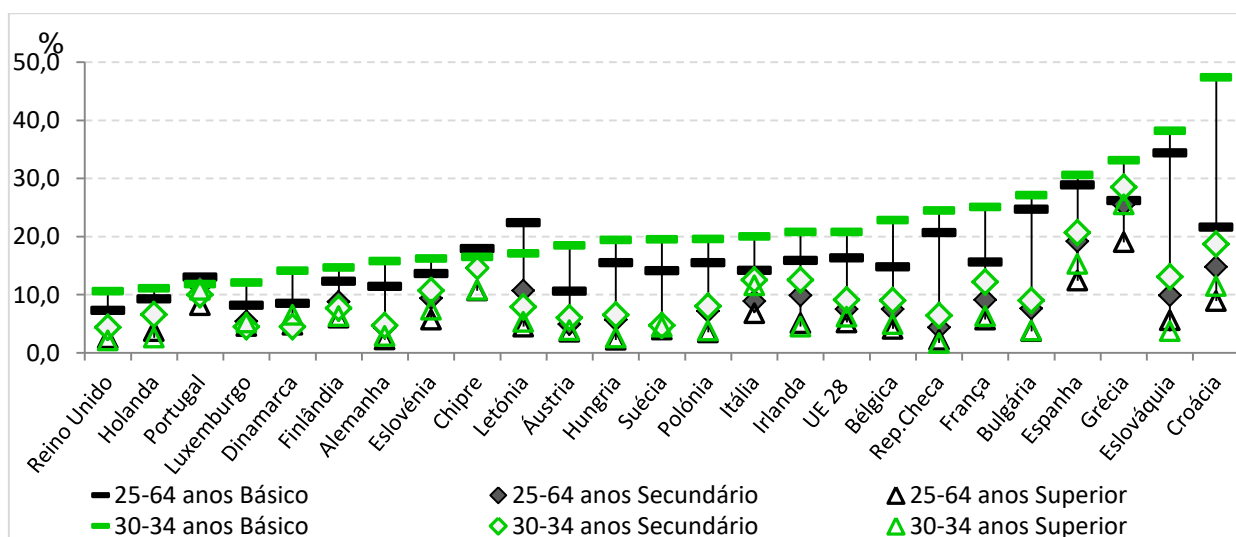


Figura 9 – Desempregados na UE, segundo escalões etários e escolaridade, 2015 (%). Fonte: Eurostat, Inquérito ao Emprego

Os mais desqualificados na sociedade do conhecimento são aqueles que acumulam maiores dificuldades relativamente à sua inclusão no espaço europeu do trabalho. Nas margens dos mercados de trabalho, constituindo a inatividade uma das suas mais evidentes expressões, verifica-se que ela é mais reduzida por parte das populações europeias com escolarização superior (Figura 10).

A inatividade na União Europeia parece obedecer a uma estratificação homogênea transnacional, que nas fronteiras de cada um dos estados nacionais, parece atingir mais os trabalhadores com ensino básico com 55-64 anos (com exceção da Grécia, onde mais de 60% de inativos com 55-64 anos possuem o ensino secundário) e depois os trabalhadores com 55-64 anos com o ensino secundário e os trabalhadores com 25-64 anos na posse do ensino básico. Os menos “inativos” são aqueles que na faixa etária dos 25-64 anos completaram o ensino superior, com taxas inferiores a 15% em praticamente todos os países europeus.

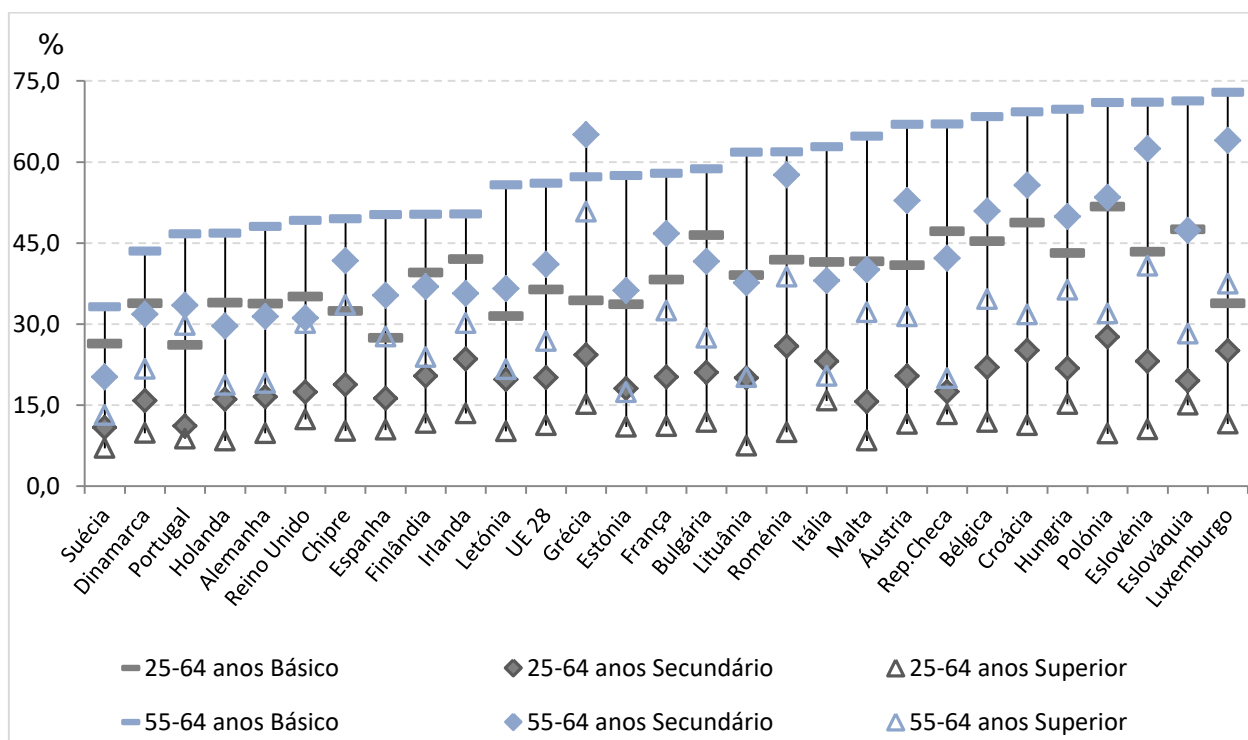


Figura 10 – Inativos na UE, segundo escalões etários e escolaridade, 2015 (%). Fonte: Eurostat, Inquérito ao Emprego

Sai reforçada a compreensão da atual precariedade europeia, se a procurarmos interpretar sob um “triângulo analítico” que toma como vértices as desigualdades (categoriais e distributivas), a sociedade do conhecimento e as várias dimensões da precariedade, no que diz respeito às suas relações de interdependência, de interinfluência e de assimetria.

6. Conclusão

A compreensão da precariedade nas sociedades contemporâneas, nomeadamente na Europa, vai muito para além do vínculo contratual dos trabalhadores. Disso mesmo se dá conta, com a análise dos dados empíricos apresentados, ao adotar-se uma perspetiva multidimensional da precariedade e ancorada na problemática das desigualdades sociais.

Cumulativamente às abordagens microsociais e intersubjetivas da precariedade, que fundamentalmente salientam a individualização das relações laborais, o aprofundamento de uma abordagem macrossocial e estrutural da precariedade, desvelou as suas profundas interconexões com um conjunto de desigualdades sociais contemporâneas.

A flexibilização das relações laborais e a intensificação da precariedade constituem hoje “dinâmicas de desigualdades” atuantes nos contextos da globalização e da sociedade do conhecimento, e que se intensificaram com a crise e a austeridade. Na União Europeia em 2015, comparando com o período anterior a 2007, verificou-se um aumento do emprego temporário, do emprego a tempo parcial involuntário, do desemprego e dos “NEEF”.

As relações entre as várias dimensões da precariedade e as desigualdades categoriais (de estado nacional, género e idade) e distributivas (de recursos educativos e económicos), permitem vislumbrar um xadrez europeu precário saliente em múltiplos tabuleiros. A precariedade é mais persistente em determinados estados nacionais e regiões europeias, assumindo igualmente determinadas regularidades transnacionais. Os países do Sul da Europa foram particularmente fustigados pela crise e austeridade, e que diretamente se refletiram na degradação dos seus mercados de trabalho.

Quanto às desigualdades de idade, os jovens europeus foram sobremaneira atingidos pela crise e austeridade na União Europeia, precariedade que se agudiza ainda mais quando são escassos os seus recursos educativos. Antes e durante a crise, as desigualdades de género continuam a perdurar e constituem um fator cumulativo de precariedade laboral em desfavor das mulheres. Precariedade e menores rendimentos interseam-se no contexto europeu, relação que se agravou com as políticas de austeridade no contexto da crise.

Uma das principais características da sociedade do conhecimento consiste na importância crescente atribuída às qualificações. Nas várias dimensões da precariedade analisadas, os trabalhadores europeus com mais elevados recursos educativos encontram-se em melhor situação laboral. Os trabalhadores desqualificados são aqueles que acumulam maiores dificuldades relativamente à sua inclusão no espaço europeu do trabalho.

Referências

Beck, Ulrich (2000). *The Brave New World of Work*. Malden, MA: Blackwell.

Berg, Janine (2016). “Income security in the on-demand economy: findings and policy lessons from a survey of crowdworkers”. In International Labour Office, *Inclusive Labour Markets, Labour Relations and Working Conditions Branch (74)*. Geneva: ILO.

Berg, Janine (Ed.) (2015). *Labour Markets, Institutions and Inequality. Building Just Societies in the 21st Century*. Cheltenham / Geneva: Edward Elgar / ILO.

Bihl, Alain & Roland Pfefferkorn (2008). *Le Système des Inégalités*. Paris: La Découverte.

Blossfeld, Hans-Peter, Sandra Buchholz, Dirk Hofacker & Kathrin Kolb (Eds.) (2011). *Globalized Labour Markets and Social Inequality in Europe*. Palgrave Macmillan: New York

Bourdieu, Pierre (1998). «La précarité est aujourd’hui partout». In *Contre-Feux* (pp. 96–102). Paris: Raisons d’Agir.

Bourguignon, François (2015). *The Globalization of Inequality*. Princeton: Princeton University Press.

Carcillo, Stéphane, Rodrigo Fernández, Sebastian Königs & Andreea Minea (2015). “NEET Youth in the Aftermath of the Crisis: Challenges and Policies”, *OECD Social, Employment and Migration Working Papers, No. 164*, Paris: OECD Publishing.

- Carmo, Renato & Frederico Cantante (2015). “Precariedade, desemprego e proteção social”. In Renato Miguel do Carmo & António Firmino da Costa (Orgs.), *Desigualdades em Questão. Análises e Problemáticas* (pp.75-90). Lisboa: Mundos Sociais.
- Costa, António Firmino da (2012). *Desigualdades Sociais Contemporâneas*, Lisboa: Mundos Sociais.
- Costa, António Firmino da, Fernando Luís Machado & João Ferreira de Almeida (2009). “Social classes and educational assets: a transnational analysis”. In António Firmino Costa, Fernando Luís Machado & Patrícia Ávila (Eds.), *Knowledge and Society* (Portugal in the European Context, vol. II) (pp. 5-20). Oeiras: Celta Editora.
- Costa, António Firmino da, Rosário Mauritti, Susana da Cruz Martins, Fernando Luís Machado & João Ferreira de Almeida (2002). Social Classes in Europe, *Portuguese Journal of Social Science*, 1(1), 5-39.
- Crouch, Colin (2015). *Governing Social Risks in Post-Crisis Europe*. Cheltenham: Edward Elgar.
- Degryse, Christophe (2016). Digitalisation of the Economy and its Impact on Labour Markets, *Working Paper 2016.02*, Brussels: ETUI.
- Esping-Andersen, Gøsta & Marino Regini (Eds.) (2000). *Why Deregulate Labour Markets?*. New York: Oxford University Press.
- Eurofound (2016). *Exploring the Diversity of NEETs*. Luxembourg: Publications Office of the European Union.
- Eurofound (2015a). *New Forms of Employment*. Luxembourg: Publications Office of the European Union.
- Eurofound (2015b). *Recent Developments in Temporary Employment: Employment Growth, Wages and Transitions*. Luxembourg: Publications Office of the European Union.
- Farnham, David (2015). *The Changing Faces of Employment Relations: Global, Comparative and Theoretical Perspectives*. London: Palgrave Macmillan.
- Favell, Adrian & Virginie Guiraudon (Eds.) (2011). *Sociology of the European Union*. London: Palgrave Macmillan.
- Gallie, Duncan (Ed.) (2013). *Economic Crisis, Quality of Work and Social Integration. The European Experience*. Oxford: Oxford University Press.
- Giddens, Anthony (2007). *Europe in the Global Age*. Cambridge: Polity.
- ILO (2015a). *World Employment and Social Outlook 2015: The Changing Nature of Jobs*. Geneva: International Labour Office.
- ILO (2015b). *Non-Standard Forms of Employment*, Report for discussion at the Meeting of Experts on Non-Standard Forms of Employment, Geneva, 16–19 February 2015.
- Kalleberg Arne L. (2012). Job quality and precarious work: clarifications, controversies, and challenges, *Work and Occupations*, 39(4), 427–48.
- Kalleberg, Arne L. (2009), Precarious Work, Insecure Workers: Employment Relations in Transition, *Annual Review of Sociology*, 74, 1-22.
- Kalleberg, Arne L. (2006). “Nonstandard employment relations and labour market inequality: Cross-national patterns”. In Göran Therborn (Ed.), *Inequalities of the World. New Theoretical Frameworks, Multiple Empirical Approaches* (pp.136-162). London: Verso.
- Lee, Ching Kwan & Yelizavetta Kofman (2012). The Politics of Precarity: Views Beyond the United States, *Work and Occupations*, 39(4), 388-408.

- Massey, Douglas S. (2007). *Categorically Unequal*. New York: Russell Sage Foundation.
- Mauritti, Rosário, Susana da Cruz Martins, Nuno Nunes, Ana Lúcia Romão & António Firmino da Costa (2016). The Social Structure of European Inequality: A multidimensional perspective, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 81, 75-93.
- Nunes, Nuno (2013). *Desigualdades Sociais e Práticas de Ação Coletiva na Europa*, Lisboa: Mundos Sociais.
- OECD (2016a). *New Forms of Work in the Digital Economy*. Paris: OECD Publishing.
- OECD (2016b). *OECD Employment Outlook 2016*. Paris: OECD Publishing.
- OECD (2015). *In It Together: Why Less Inequality Benefits All*. Paris: OECD Publishing.
- Piketty, Thomas (2014). *Capital in the Twenty-First Century*. Cambridge (Mass.): The Belknap Press of Harvard University Press.
- Polanyi, Karl (1944). *The Great Transformation*. New York: Farrar and Rinehart, Inc.
- Standing, Guy (2014). *A Precariat Charter: From Denizens to Citizens*. London: Bloomsbury.
- Standing, Guy (2011). *The Precariat. The New Dangerous Class*. London/New York: Bloomsbury Academic.
- Standing, Guy (1999). *Global Labour Flexibility*. Basingstoke: Macmillan.
- Stehr, Nico (2007). Societal transformations, globalisation and the knowledge society, *International Journal of Knowledge and Learning*, 3 (2/3), 139-153.
- Therborn Göran (2006). “Meaning, Patters, and Forces: An Introduction”. In Göran Therborn (Ed.), *Inequalities of the World. New Theoretical Frameworks, Multiple Empirical Approaches* (pp.1-58). London: Verso.
- Tilly, Charles (1998). *Durable Inequality*. Berkeley: University of California Press.
- UNDP (2015). *Human Development Report 2015. Work for Human Development*, New York: UNDP.
- Vaughan-Whitehead, Daniel (Ed.) (2011). *Work Inequalities in the Crisis: Evidence from Europe*. Cheltenham/Geneva: Edward Elgar/International Labour Office.
- Vosko, Leah F. (2010). *Managing the Margins: Gender, Citizenship, and the International Regulation of Precarious Employment*. Oxford: Oxford University Press.

ⁱ Os “NEEF”, cujas siglas significam “Nem em Emprego, Educação ou Formação” (ou NEET, na designação internacional, e que significa “Not in Employment, Education or Training”), correspondem à percentagem de população jovem de uma determinada faixa etária e sexo que não trabalha, nem está envolvida em ações de educação ou formação.

ⁱⁱ Segundo a definição do Eurostat, o emprego temporário inclui o trabalho no âmbito de um contrato a termo, diferente de um contrato de trabalho permanente (onde não existe uma data final de cessação do respetivo vínculo). Um trabalho pode ser considerado emprego temporário (e o seu titular um trabalhador temporário) se o empregador e o empregado concordam que o fim da relação contratual será regulado por regras objetivas (geralmente através de um contrato de duração limitada). Essas regras podem contemplar uma data específica, o fim de uma tarefa, ou o regresso de outro empregado provisoriamente substituído. Serão casos típicos: pessoas em emprego sazonal; pessoas a serviço de uma agência e depois contratadas por uma terceira parte para desempenharem uma determinada tarefa (a menos que exista contrato de duração ilimitada); e pessoas com específicos contratos de formação.

ⁱⁱⁱ O emprego a tempo parcial define-se como o emprego cujo período de trabalho tem uma duração inferior à duração normal de trabalho em vigor na empresa/instituição, para a respetiva categoria profissional ou na respetiva profissão do trabalhador em causa. O emprego a tempo parcial involuntário refere-se aos indivíduos que trabalham a tempo parcial porque não conseguiram encontrar um trabalho a tempo completo.

^{iv} Um desempregado é definido pelo Eurostat, de acordo com as diretrizes da Organização Internacional do Trabalho: “como alguém entre 15 e 74 anos (entre 16 a 74 anos em Itália, Espanha, Reino Unido, Islândia e Noruega) sem trabalho na semana de referência; disponível para começar a trabalhar nas próximas duas semanas (ou já encontrou um emprego a iniciar dentro dos próximos três meses); e quem procurou emprego ativamente, em algum momento, durante as últimas quatro semanas”. A taxa de desemprego é apurada pela relação entre a população desempregada e a população ativa.

^v O desemprego de longa duração refere-se às pessoas que não trabalham e que procuram ativamente emprego há pelo menos um ano. O período de desemprego é definido como a duração de uma procura de emprego, ou como o período de tempo desde que a última tarefa foi realizada (se menor do que o tempo gasto na procura de trabalho). A taxa de desemprego de longa duração define a relação entre a população desempregada há 12 ou mais meses e o total da população desempregada.

^{vi} Uma pessoa é economicamente inativa, também de acordo com a definição da Organização Internacional do Trabalho, quando não está empregada nem em situação de desemprego, e não se encontra disponível ou a procurar emprego.